

Parlamentares discutem soluções para a saúde

Hélio Mota

O processo de descentralização da saúde implica numa maior responsabilidade das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, especialmente diante da queda-de-braço entre ajuste econômico e carências sociais. Juntas, a fome e a falta de dinheiro adoecem o organismo político, comprometendo a democracia. Esse fato não é um privilégio do Brasil, repete-se na América Latina e no Caribe e levou a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) a reunir parlamentares de todos os níveis para discutir o problema e apontar soluções, num ciclo de estudos sobre **Democracia e Saúde**, na sede da organização, em Brasília, a partir de hoje.

Mas afinal, a democracia precisa da saúde ou a saúde precisa da

democracia? Essa é dúvida central que a Opas pretende esclarecer. O encontro no Brasil será o primeiro a reunir parlamentares federais e estaduais com os especialistas da Opas e autoridades do Executivo. Eventos semelhantes já foram realizados em Honduras, Venezuela, Chile e no Caribe, mas restringiram-se à esfera federal. O ministro Adib Jatene e o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE) já confirmaram suas presenças. Convidados, os ministros Marcílio Marques Moreira e Reinhold Stephanes ainda não encontraram espaço em suas agendas para comparecer. Jatene entra nesse jogo na posição de gastador. Marcílio, de tesoureiro e Stephanes, de cobrador.

Para o respresentante da Opas no Brasil, o médico argentino

Rodolfo Rodriguez, ex-ministro da Saúde no governo de Raul Alfonsín, a América Latina passa por uma fase de mudanças nos planos político e econômico, sendo um momento propício para se consolidar uma vontade política de investir no social. "Trabalhar em saúde não é simplesmente tratar dos que estão doentes".

O fortalecimento do Legislativo na América Latina e no Caribe vem, segundo observa Rodriguez, estabelecendo uma nova ordem política, com maior participação popular. Essa nova presença do parlamento, diz ele, implica em não raros casos "em desbancar uma tradição de forte primazia do Poder Executivo aceitando em troca o papel nivelador do Legislativo na definição de políticas, na alocação de recursos ou no controle da gestão".

ARNILDO SCHULZ



Rodrigues: gastos com saúde devem acompanhar crescimento populacional